ATA NÚMERO 106
Reunião do Grupo de Trabalho sobre Pesca de Pelágicos
09 de Setembro de 2026
Martinica (Simon Hotel) | Híbrida
09h30 - 13h00 (hora local) | **INT:** PT, FR, ESP e ENG

Introdução. Natureza da reunião

Às nove horas e trinta minutos do dia nove de setembro de dois mil e vinte e seis, reuniu-se o grupo de Trabalho sobre Pesca de Pelágicos, em modo híbrido, a partir do Simon Hotel, com interpretação simultânea em português, francês, espanhol e inglês.

1. Início da Reunião e aprovação pelo presidente do Grupo de Trabalho: David Pavón

O Sr. David Pavón (*Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias*) deu as boas-vindas aos participantes na reunião do Grupo de Trabalho sobre Pelágicos e apresentou a ordem de trabalhos. A ordem de trabalhos incluiu as informações administrativas, a atualização sobre a situação dos tunídeos e das grandes espécies migradoras no âmbito da Comissão dos Tunídeos do Oceano Índico (IOTC), a cargo de Marco Valletta, que não pôde participar na reunião, tendo sido solicitado o envio de um relatório para posterior partilha com os membros. Ficou igualmente prevista a contribuição dos participantes com informações sobre o estado das pescarias e eventuais dados biológicos relativos a estas espécies. Foi ainda prevista a intervenção de Gorka Merino (ATZI) sobre o estado das populações de atuns e tubarões no âmbito da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (ICCAT). A ordem de trabalhos incluiu também um debate sobre a promoção da sensibilização e do conhecimento em matéria de pesca sustentável nas Regiões Ultraperiféricas (RUP), com enfoque na partilha de conhecimento científico e empírico entre os setores científico e das pescas, tendo em vista o seu contributo para a elaboração das políticas de pesca. Por fim, foi previsto um debate sobre o apoio ao planeamento das Áreas Marinhas Protegidas nas RUP, com particular relevância para a pesca de pelágicos e de tunídeos. Foi estabelecido que os outros assuntos seriam abordados às 12h50 e que a reunião seria encerrada às 13h00. Não tendo sido apresentadas objeções nem propostas de alteração, a ordem de trabalhos foi aprovada.

2. Informações administrativas

A Secretária-Geral informou que a ata da reunião realizada em dezassete de março foi aprovada em nove de junho. Foi igualmente comunicada a disponibilização de interpretação em português, espanhol, francês e inglês, bem como a gravação da reunião para efeitos de elaboração da ata. Foi referido que, desde a última reunião, foram aprovadas três recomendações, designadamente as Recomendações número setenta e nove, oitenta e oitenta e um. Foi explicado que o número reduzido de recomendações aprovadas resultou, em parte, de constrangimentos de recursos humanos no Secretariado. Foi ainda indicado que permanecem cinco recomendações obrigatórias por aprovar durante o ano, com prazo-limite até vinte e seis de novembro, relativas à «Renovação geracional e ao futuro do setor das pescas», à «Promoção da literacia em matéria de pesca sustentável nas Regiões Ultraperiféricas», à «Conservação e gestão das espécies no âmbito da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (ICCAT), à « Pesca Sustentável nas Regiões Ultraperiféricas da União Europeia: Ponto da situação e orientações para 2027», bem como ao «Estudo de apoio à planificação das Áreas Marinhas Protegidas nas Regiões Ultraperiféricas, incluindo a avaliação das zonas permitidas à pesca profissional de salto-vara». Foi registada a participação, na qualidade de observadores, de Henrique Rosa, da Associação de Produtores de Amêijoa da Fajã de Santo Cristo (APAS); Alexandre Rodrigues, do Conselho Consultivo da Frota de Longa Distância (LDAC); Amanda Pérez, da DG MARE; Bárbara Charvot, da *Région de Martinique*; Cassandre Gatoux, da *Région de Guadeloupe*; Chloé Pocheau, do Conselho Consultivo para as Águas Ocidentais Austrais (CCS); Christèle Allaud, da *Collectivité Territoriale de Martinique*; Cyril Evourt e Dariane Marinette, da *Région de Guadeloupe*; Gorka Merino, da *Marine and Food Research Centre* (AZTI), na qualidade de convidado; Ana Silva, da Federação das Pescas dos Açores; Hipólito Pérez, da *Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias*; Isadora Muniz, do *Marine Stewardship Council*; Mirella Meraut-Laurence, da *Collectivité Territoriale de Saint-Martin*; Noelia Cuervo Alvaréz, do *Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación de España*; Pedro Galache, da Agência Europeia de Controlo das Pescas (EFCA); Rui Catarino, do Conselho Internacional para a Exploração do Mar (ICES); e Susan Steele, da EFCA. Foi apresentado um ponto de situação relativo aos recursos humanos do Secretariado, anteriormente transmitido ao Comité Executivo, cuja divulgação aos diferentes grupos de trabalho tinha sido acordada. Foi referido que o Dr. Paulo Gonçalves, contratado para reforçar a equipa, iniciou uma baixa médica em vinte e sete de abril, cerca de um mês e meio após o início das funções, não tendo produzido documentação substancial durante o período em que exerceu funções. Na sequência da cessação do respetivo contrato, foi iniciado um novo processo de recrutamento, que resultou na entrada da Dra. Daniela Pires em julho. Foi igualmente informado que a Dra. Nídia Leal

iniciou uma baixa médica em vinte e sete de abril e que, durante o mês de maio, o Secretariado funcionou com recursos humanos reduzidos. No final desse mês, a Dra. Sofia Sozinho integrou a equipa, em regime de substituição e a termo incerto. Foi salientado que as limitações verificadas ao nível dos recursos humanos condicionaram a execução do plano de trabalho e contribuíram para a acumulação de trabalho pendente. O Secretariado informou que estavam a ser desenvolvidos esforços no sentido de recuperar os trabalhos em atraso, assegurar o cumprimento do plano de trabalho e preparar o orçamento para o ano seguinte. No que respeita às recomendações, foi manifestada uma certa preocupação relativamente aos atrasos registados na preparação das recomendações obrigatórias. Foi solicitada a colaboração dos membros, designadamente através do envio atempado de contributos claros, objetivos e pertinentes, de modo a facilitar a respetiva análise e tradução para os três idiomas de trabalho. Foi recordado que o envio de uma recomendação à Comissão Europeia após o prazo estabelecido poderia comprometer a sua consideração atempada. A este respeito, foi mencionada, a título de exemplo, uma recomendação relativa à estratégia para as comunidades costeiras, cuja adoção ocorreu após a entrada em vigor da legislação pertinente, tendo posteriormente sido aprovada uma recomendação específica sobre a matéria. Foi reiterada a expectativa de cumprimento do plano de trabalho, tendo sido reconhecido que o período subsequente seria particularmente exigente e que a colaboração dos membros seria essencial para assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos. Por fim, foi registado o agradecimento pelo empenho demonstrado pela Dra. Daniela Pires e pela Dra. Sofia Sozinho, nomeadamente pelo trabalho desenvolvido sob elevada pressão durante o período anterior à reunião, que permitiu recuperar parte significativa do trabalho pendente e assegurar a preparação da reunião realizada na Martinica.

O Sr. David Pavón agradeceu à Sra. Secretária-geral pelas informações prestadas, salientando a importância de compreender o funcionamento interno do CCRUP e os fatores que condicionavam o avanço dos processos, nomeadamente num conselho consultivo que funcionava sobretudo à distância e através de intercâmbio de informação por correio eletrónico.

3. **Apresentação sobre os Resultados Obtidos na última reunião da IOTC, com relevância para os pescadores das RUP** – Marco Valletta (DG MARE)

O Sr. David Pavón introduziu o ponto seguinte da ordem de trabalhos, relativo aos resultados da última reunião da IOTC relevantes para os pescadores das RUP. Informou que o Sr. Marco Valletta (DGMARE) não poderia participar e abriu o debate, apelando especialmente aos membros envolvidos nas pescarias da IOTC para que partilhassem informações sobre o estado dos estoques, das pescarias e os aspetos biológicos das espécies. Na ausência de contributos específicos, propôs uma discussão geral

sobre a situação.

A Sra. Anne-France Mattlet (*Europêche*) informou que a *Europêche* participou, na qualidade de observadora, na última reunião da IOTC, acompanhando a situação das principais unidades populacionais. Referiu que o galha-à-ré (*Thunnus albacares*) e o atum bonito (*Katsuwonus pelamis*), se encontravam na zona verde, enquanto o atum patudo (*Thunnus obesus*) permanecia na zona amarela, embora muito próximo do nível de referência do Rendimento Máximo Sustentável (MSY), com a biomassa em situação favorável. Manifestou a expectativa de uma evolução positiva na próxima avaliação científica, prevista para o final de outubro. Relativamente aos pequenos atuns, assinalou uma situação menos favorável, com várias unidades populacionais na zona vermelha ou sem avaliações disponíveis, embora estas pescarias não constituíssem uma preocupação direta para as RUP. Quanto às medidas de gestão, destacou a nova resolução relativa à repartição das quotas de galha-à-ré entre as Partes Contratantes e Partes Cooperantes Não Contratantes (CPC). Considerou o resultado positivo, salientando que o Japão não apresentou objeções, a Indonésia demonstrou satisfação com a repartição e a União Europeia manteve a sua quota, beneficiando do aumento do Total Admissível de Capturas (TAC). Aguardava-se o termo do prazo de seis meses para confirmar a existência de eventuais objeções. No caso do atum bonito, explicou que a repartição das quotas estava igualmente definida, mas que o procedimento de gestão determinava uma redução do TAC de 10% em dois mil e vinte e sete e de mais 10% em dois mil e trinta. Considerou esta abordagem excessivamente conservadora, por privilegiar a estabilidade das capturas em detrimento da adaptação à evolução da unidade populacional. Salientou que os indicadores científicos apontavam para uma recuperação gradual da biomassa e defendeu a revisão deste procedimento durante a avaliação da unidade populacional prevista para o corrente ano, com o objetivo de evitar a redução prevista para dois mil e vinte e sete. Por fim, manifestou preocupação com a resolução relativa ao transbordo em alto mar, que introduziu novas possibilidades para a Indonésia. Sublinhou que algumas embarcações operavam sem observadores da IOTC e realizavam transbordos sem informação suficiente sobre as quantidades transferidas. Acrescentou que o Comité de Cumprimento identificou falhas da Indonésia no cumprimento das obrigações de comunicação e apresentação de dados, considerando que a manutenção destas facilidades criava condições de concorrência desfavoráveis para as frotas que cumpriam as regras da IOTC.

O Sr. Gorka Merino (*AZTI*) apresentou uma breve síntese sobre a situação das unidades populacionais no Oceano Índico, recorrendo a alguns dispositivos preparados para uma apresentação recente. Referiu que as espécies tropicais representavam cerca de 60% das capturas e que estas tinham aumentado nos últimos anos, atingindo, no corrente ano, um máximo histórico superior a 2 000 000 de toneladas. Relativamente ao estado das unidades populacionais, destacou que o galha-à-ré e o atum

rabilo (*Thunnus thynnus*) , duas das principais espécies para a frota europeia, se encontravam em situação favorável, com capturas elevadas. O atum patudo encontrava-se na zona amarela, mas próximo do nível correspondente ao MSY. O atum voador (*Thunnus alalunga*) e o espadarte (*Xiphias gladius*) apresentavam igualmente uma situação favorável, sem sobre-exploração nem sobrepesca. Entre as unidades populacionais em situação menos favorável, identificou algumas espécies neríticas, bem como o espadim-raiado (*Kajikia audax*) , o tubarão-anequim (*Isurus oxyrinchus*) e o espadim-azul (*Makaira nigricans*). Salientou que o tubarão-anequim se encontrava em situação desfavorável e que o espadim-raiado e o espadim-azul estavam sujeitos a sobre-exploração. Concluiu que, apesar do tempo limitado para preparar a apresentação, a informação poderia contribuir para o debate sobre a situação das unidades populacionais no Oceano Índico.

O Sr. David Pavón colocou uma questão sobre a relação entre a evolução das capturas e o estado das unidades populacionais. Referiu que, do ponto de vista dos pescadores, o aumento das capturas tende a ser interpretado como um indicador de maior abundância e de melhoria da situação das unidades populacionais, enquanto a redução das capturas suscita maior preocupação. Questionou se este entendimento poderia ser considerado válido do ponto de vista científico, reconhecendo que a evolução das capturas também poderia resultar de alterações na eficiência dos métodos e equipamentos de pesca. Salientou, contudo, que estas mudanças tecnológicas tendem a ocorrer de forma gradual e não explicariam necessariamente variações significativas num único ano. Por fim, destacou a evolução favorável observada no gráfico apresentado pelo Sr. Gorka, com o aumento das situações classificadas na zona verde e a redução das unidades populacionais nas zonas menos favoráveis, permanecendo o atum patudo como principal exceção.

O Sr. Gorka Merino explicou que, na ausência de alterações significativas no esforço de pesca, na frota ou na tecnologia utilizada, um aumento das capturas poderia indicar condições favoráveis da unidade populacional ou do recrutamento. Salientou, contudo, que um aumento repentino da capacidade de pesca poderia elevar as capturas sem representar uma melhoria sustentável do estado das unidades populacionais. Referiu que, no Oceano Índico, o aumento global das capturas observado em dois mil e vinte e quatro parecia concentrar-se sobretudo nas espécies neríticas, algumas das quais se encontravam em situação menos favorável. Sublinhou, porém, que as principais espécies de atuns tropicais relevantes para a frota europeia apresentavam uma situação favorável. Acrescentou que o atum bonito e o atum patudo dispunham de estratégias de gestão e quotas de captura, permitindo um controlo eficaz e perspetivando a manutenção das unidades populacionais em condições favoráveis. Indicou igualmente que o atum voador e o espadarte se encontravam em bom estado.

O Sr. Bruno Langlade (*Association Réunionnaise Interprofessionnelle de la Pêche et de l'Aquaculture*) informou que em relação a *La Réunion*, a pescaria de espadarte, certificada há quatro

anos, obteve recentemente a extensão da certificação ao atum voador e o galha-à-ré , refletindo a disponibilidade dos respetivos recursos. Referiu igualmente que decorria um processo para obter certificação de pesca artesanal, com o objetivo de abranger estas três espécies em todas as pescarias até ao final do ano. Acrescentou que pretendiam, nos anos seguintes, alargar a certificação ao dourado (*Coryphaena hippurus*) e à à cavala-da-índia (*Acanthocybium solandre*). Contudo, a inexistência de avaliações suficientemente precisas sobre o estado das unidades populacionais destas espécies constituía um obstáculo ao processo de certificação. Nesse contexto, informou que, na próxima reunião da IOTC, pretendiam solicitar o reforço dos estudos e das avaliações populacionais destas duas espécies. Salientou que estavam a aproveitar os grupos de trabalho da IOTC para sensibilizar os especialistas para esta necessidade e promover uma avaliação mais abrangente das espécies relevantes para a atividade piscatória, tendo em vista a integração de toda a pescaria num modelo de gestão sustentável.

O Sr. David Pavón salientou a importância das avaliações das unidades populacionais para a obtenção de certificações de sustentabilidade, destacando a crescente relevância destas certificações para o acesso e posicionamento nos mercados. Referiu que, embora anteriormente a certificação constituísse sobretudo uma vantagem diferenciadora, a tendência apontava para uma generalização destas práticas, podendo a ausência de certificação tornar-se um fator de desvantagem para as pescarias. Questionou os participantes sobre eventuais reivindicações adicionais relativamente à IOTC e, não havendo outras intervenções, deu por concluído o debate.

O Sr. Bruno Langlade esclareceu que a certificação do Marine Stewardship Council (MSC) se destinava sobretudo ao mercado de exportação, permitindo escoar parte da produção e contribuir para o equilíbrio do mercado insular em períodos de maiores desembarques. Explicou que a certificação *Community Catch*, atualmente em desenvolvimento, estava mais orientada para o mercado local, procurando valorizar e diferenciar a produção local face aos produtos importados. Considerou esta certificação mais acessível e adequada à realidade da pesca artesanal e referiu a possibilidade de a pescaria se tornar pioneira neste modelo, aspirando a ser a primeira pescaria francesa a obter a certificação.

O Sr. David Pavón agradeceu as informações prestadas e, não havendo outras intervenções, propôs avançar para o ponto seguinte da ordem de trabalhos.

Ponto de situação:

Foram apresentados os resultados da última reunião da IOTC, destacando-se a situação favorável do galha-à-ré e do atum bonito e a evolução positiva do atum patudo. Foi igualmente referida a situação favorável do atum voador e do espadarte, bem como situações menos favoráveis para

algumas espécies, nomeadamente o tubarão-anequim e o espadim-azul. Salientou-se o aumento das capturas no Oceano Índico e explicou-se que, mantendo-se estável o esforço de pesca, este aumento poderia refletir uma evolução favorável das unidades populacionais, embora não constituísse, por si só, um indicador conclusivo. Foram ainda abordadas as medidas de gestão, a repartição das quotas e as preocupações relativas às condições de transbordo em alto mar e ao cumprimento das obrigações de comunicação.

Relativamente às pescarias da Reunião, destacou-se a extensão das certificações e a necessidade de melhorar as avaliações das unidades populacionais de dourado e cavala-da-índia. Por fim, salientou-se a crescente importância das certificações de sustentabilidade, tanto para o acesso aos mercados de exportação como para a valorização da produção local.

4. **Unidades Populacionais de tunídeos e Tubarões geridas pelo ICCAT** – Gorka Merino (AZTI)

O Sr. Gorka Merino apresentou uma síntese da situação das principais unidades populacionais avaliadas no âmbito da ICCAT. Relativamente ao atum voador, foi referido que a avaliação realizada no corrente ano indicou um bom estado da unidade populacional, sem sobre-exploração nem sobrepesca, com uma probabilidade de 100%. A estratégia de gestão em vigor permitiu o aumento progressivo das quotas. Com base na Recomendação número vinte e um-zero-quatro, as capturas permaneceram significativamente abaixo do TAC. Foi ainda indicado que a recomendação em vigor previu um aumento do TAC para 50 000 toneladas, salvo adoção de uma estratégia de gestão alternativa pela ICCAT. Quanto ao atum rabilo, foi explicado que a avaliação do estado de exploração assentou na mortalidade por pesca, devido à elevada incerteza associada ao ponto de referência da biomassa. A unidade populacional não apresentou sinais de sobre-exploração. A estratégia de gestão em vigor previu a continuação do aumento da unidade populacional e do TAC. A recomendação número vinte e cinco-zero-quatro fixou, para o período de dois mil e vinte e seis a dois mil e vinte e oito, um TAC de 48 402 toneladas. A avaliação confirmou o bom estado da unidade populacional e sustentou a manutenção daquele nível de captura. Relativamente ao atum patudo, foi recordado que a unidade populacional permaneceu sujeita a um plano de recuperação até dois mil e vinte e quatro. A aplicação do plano produziu uma melhoria significativa do estado da unidade populacional. As capturas permaneceram abaixo do nível correspondente ao MSY, estimado em cerca de 80 000 toneladas. A regulamentação em vigor desde dois mil e vinte e quatro estabeleceu um TAC de 73 000 toneladas, superior em 11 000 toneladas ao limite definido no anterior plano de recuperação. A avaliação indicou um bom estado da unidade populacional, com uma probabilidade próxima de 75% de permanência na

zona verde. Quanto ao atum rabilo, foi indicado que a unidade populacional apresentou igualmente um bom estado, com uma probabilidade próxima de 60% de permanência na zona verde, sem sobre-exploração nem sobrepesca. As capturas situaram-se, contudo, ligeiramente acima da recomendação científica, estimada entre 120 000 a 125 000 toneladas. A regulamentação estabeleceu um limite de 110 000 toneladas. Foi referido que decorria um processo de repartição do TAC, pelo que o nível final de captura dependeria do acordo alcançado no âmbito da ICCAT. Relativamente ao atum bonito, foi referido que a última avaliação, realizada em dois mil e vinte e dois, indicou um bom estado da unidade populacional, com uma probabilidade próxima de 80% de permanência na zona verde. Não existiu regulamentação específica aplicável à unidade populacional, tendo a recomendação científica estabelecido que as capturas não deveriam ultrapassar 220 000 toneladas. Apesar de este nível ter sido ultrapassado em alguns anos, as capturas mais recentes permaneceram abaixo desse limite. No que respeitou aos atuns tropicais, foi salientada a complexidade do processo de avaliação das estratégias de gestão, devido à abordagem multiespecífica. Foi referido que o processo técnico registou alguns atrasos, incluindo a realização de trabalhos adicionais solicitados aos analistas da AZTI. Em consequência, não se previu a conclusão da avaliação das estratégias de gestão antes de dois mil e vinte e sete. Foi indicado que, posteriormente, a ICCAT poderia adotar uma estratégia de gestão multiespecífica, eventualmente em dois mil e vinte e sete ou dois mil e vinte e oito. De forma geral, foi salientado que as principais unidades populacionais comerciais de atuns apresentaram um bom estado e permaneceram na zona verde, sem sinais de sobre-exploração ou sobrepesca. Relativamente ao peixe-espada (*Trichiurus lepturus*), foi referido que a unidade populacional permaneceu na zona verde e que decorreu um processo de avaliação da estratégia de gestão, conduzido por uma entidade do Canadá. Foi prevista a eventual adoção de uma estratégia de gestão em dois mil e vinte e sete ou dois mil e vinte e oito. As capturas permaneceram abaixo dos níveis recomendados. Quanto à tintureira (*Prionace glauca*), foi indicado que a unidade populacional apresentou um estado próximo do MSY. A mortalidade por pesca permaneceu baixa e indicou uma evolução favorável da unidade populacional. As capturas apresentaram níveis considerados razoáveis pelo Comité Científico, embora tenham persistido algumas questões relacionadas com a identificação das capturas. Relativamente ao tubarão anequim (*Isurus oxyrinchus*), foi referido que o stock se encontrava próximo do nível correspondente ao MSY. Embora a avaliação tenha indicado uma situação de sobre-exploração, a mortalidade por pesca permaneceu abaixo do nível associado ao MSY. As capturas diminuíram de forma significativa nos últimos seis anos, tendo sido assinalada a expectativa de continuação da recuperação da unidade populacional. Por fim, relativamente ao espadim-azul (*Makaira nigricans*), foi indicado que a unidade populacional permaneceu sobre-explorada. A mortalidade por pesca diminuiu significativamente nos últimos anos, mas necessitou de uma redução adicional para permitir a recuperação da unidade

populacional. As capturas permaneceram relativamente estáveis no período mais recente e não existiu, à data, uma recomendação específica da ICCAT sobre a matéria. Foi, contudo, salientada a necessidade de reduzir as capturas para favorecer a recuperação da unidade populacional. Em conclusão, foi referido que as principais unidades populacionais comerciais de atuns e tubarões apresentaram, de forma geral, uma situação favorável. O tubarão-azul apresentou um bom estado, o tubarão anequim permaneceu próximo do nível do MSY, apesar da situação de sobre-exploração, e o espadim-azul apresentou a situação mais preocupante, tendo sido identificada a necessidade de redução adicional das capturas para permitir a recuperação da unidade populacional.

Perguntas e respostas:

O Sr. David Pavón manifestado interesse na possibilidade de adoção de uma estratégia de gestão multiespécie ou de múltiplas unidades populacionais, considerada potencialmente adequada às especificidades da atividade de pesca nestas regiões. Foi explicado que a pesca do atum nas RUP, nomeadamente através da arte de pesca salto e vara, depende fortemente da presença sazonal dos recursos nas águas das respetivas regiões. Foi referido que cerca de 80% a 95% das capturas ocorreram durante a operação local das embarcações, ficando a atividade condicionada pelos ciclos migratórios das espécies e pela sua ocorrência nas zonas de pesca. Foi salientado que, apesar do bom estado biológico de determinadas unidades populacionais, nomeadamente do atum voador, essa situação não garantiu uma presença regular dos recursos nas águas das RUP. Considerou-se, por conseguinte, que os sistemas de gestão baseados em quotas anuais fixas poderiam penalizar as pescarias que dependessem de variações interanuais significativas na abundância dos recursos. A este respeito, foi apresentado um exemplo para demonstrar que, numa pescaria sujeita a um limite anual de 2000kg, um ano de elevada abundância não permitiria compensar um ano de menor disponibilidade. Sem um limite rígido, uma captura de 4000kg num ano favorável poderia compensar uma captura de 1000kg num ano desfavorável, permitindo uma média de 2000kg. Com um limite anual de 2000kg, essa compensação deixaria de ser possível. Neste contexto, foi manifestado interesse numa abordagem de gestão que considerasse períodos plurianuais, designadamente ciclos de dois ou três anos, em vez de uma avaliação exclusivamente anual. Foi referido que esta abordagem poderia refletir de forma mais adequada a dinâmica biológica e migratória das espécies, desde que respeitasse os respetivos ciclos de reprodução e não comprometesse a sustentabilidade das unidades populacionais. Foi ainda salientado que esta possibilidade assumiria particular relevância para as pescarias da Madeira e das Canárias, tendo sido manifestado interesse em aprofundar a aplicação de uma estratégia de gestão multiespécie que permitisse acomodar as especificidades destas pescarias e as variações naturais na disponibilidade dos recursos.

O Sr. Nicolas Blanc (*Sciaena*) agradeceu a apresentação e a participação da AZTI na reunião. A intervenção incidiu sobre a situação do tubarão anequim e, em particular, sobre a possibilidade de recuperação da unidade populacional do Atlântico Norte, solicitando um esclarecimento sobre as incertezas associadas à avaliação desta unidade populacional, nomeadamente quanto às alterações introduzidas na avaliação das suas características biológicas. Foram referidas, em particular, questões relacionadas com a reprodução, a capacidade reprodutiva e outros aspetos biológicos da espécie que, segundo foi indicado, se encontraram em processo de revisão. Inquiriu a perspetiva do orador sobre as alterações introduzidas na avaliação da unidade populacional e sobre o impacto das mesmas no nível de incerteza associado aos resultados obtidos.

O Sr. Gorka Merino esclareceu que a intervenção incidiu sobre as incertezas associadas à avaliação do tubarão-anequim. Referiu não ser especialista nesta espécie, mas indicou que, no Comité Científico da ICCAT, as dificuldades associadas às avaliações dos tubarões estavam frequentemente relacionadas com a qualidade dos dados disponíveis e com problemas de identificação das espécies. Explicou que os principais esforços se concentraram na melhoria da comunicação e da qualidade dos dados, bem como na sua harmonização, de modo a assegurar uma maior comparabilidade com a informação disponível para os principais atuns comerciais, nomeadamente o atum patudo, o atum bonito, o galha-à-ré, o atum voador e o atum rabilo. Acrescentou que a utilização de um modelo baseado na biomassa constituiu, por si só, um indicador de um nível elevado de incerteza relativamente aos dados sobre a estrutura de tamanhos, o crescimento da unidade populacional e outros parâmetros biológicos. Sublinhou, contudo, que não dispunha de informação suficientemente detalhada sobre a espécie para apresentar uma apreciação mais específica das incertezas associadas à avaliação.

O Sr. David Pavón convidou o Sr. Gorka Merino para comentar a questão anteriormente colocada sobre a estratégia de gestão multiespécie.

O Sr. Jorge Gonçalves (*Associação de Produtores de Espécies de Demersais dos Açores*) agradeceu a apresentação e colocou duas questões principais. Relativamente ao atum voador, referiu que a apresentação indicou uma situação favorável da unidade populacional e a possibilidade de aumento do TAC. Questionou, contudo, as razões que explicaram a redução significativa das capturas desta espécie no Atlântico, apesar do bom estado da unidade populacional, procurando esclarecer se essa evolução resultou de fatores específicos. Quanto ao tubarão anequim, salientou a redução significativa das capturas e questionou se essa diminuição correspondeu igualmente a uma redução da mortalidade por pesca. Sublinhou que a diminuição das capturas resultou, em parte, das restrições aplicáveis à captura da espécie, pelo que considerou necessário distinguir este efeito da evolução efetiva da mortalidade por pesca e avaliar o seu significado para o estado da unidade populacional. Em relação ao espadarte, questionou os critérios que determinaram a atual distribuição das quotas e a

possibilidade de proceder a uma nova avaliação das possibilidades de pesca atribuídas aos Estados-Membros. Referiu, em particular, a reduzida quota atribuída a Portugal, em relação ao espadarte, e considerou pertinente analisar a eventual necessidade de reajustar a repartição das possibilidades de pesca. Por fim, reiterou como principais questões a evolução das capturas do atum voador e a relação entre a redução das capturas e da mortalidade por pesca no caso do tubarão anequim, solicitando esclarecimentos adicionais sobre estas matérias.

O Sr. Gorka Merino indicou que a principal dúvida apresentada coincidiu com uma questão anteriormente discutida no Comitê Científico e relacionou-se com a diferença entre os índices de abundância e a evolução das capturas. Relativamente ao atum voador, explicou que a avaliação da unidade populacional assentou, em grande medida, em índices de abundância utilizados para determinar a respetiva situação. Estes índices baseiam-se principalmente em dados provenientes de frotas asiáticas de palangre, distribuídas pelo Atlântico Norte, da frota espanhola que opera no golfo da Biscaia e, em menor medida, de dados dos Estados Unidos da América. Salientou que os índices de abundância poderiam indicar um aumento da disponibilidade do recurso, enquanto as frotas de carácter mais local registaram capturas reduzidas. Considerou particularmente relevante a diferença observada entre os elevados índices de abundância e os baixos níveis de captura registados em determinados períodos. A este respeito, explicou que, nos Países Bascos, a frota apresentava um carácter relativamente artesanal e que a rentabilidade da pesca do atum bonito do Norte dependia da entrada do recurso no golfo da Biscaia. Quando o atum voador se concentrava naquela zona, as frotas conseguiam realizar capturas elevadas e, em determinados anos, esgotavam a quota em poucos meses. Noutros anos, apesar de os índices de abundância indicarem uma elevada disponibilidade do recurso, os cardumes deslocavam-se mais para norte, designadamente para zonas próximas da Irlanda, em função de fatores ainda não totalmente compreendidos, como as condições oceanográficas e a temperatura da água. Nessas circunstâncias, as frotas locais apresentavam menores níveis de captura. Concluiu que esta situação não significava necessariamente uma alteração da biomassa da unidade populacional, mas antes uma dificuldade em caracterizar adequadamente a sua distribuição espacial. Considerou, assim, que a diferença entre o TAC e as capturas resultava, em parte, da distribuição variável do recurso e da sua disponibilidade para as diferentes frotas. Em relação à questão colocada sobre a avaliação das estratégias de gestão, explicou que o processo de Avaliação da Estratégia de Gestão (MSE) decorria da necessidade de considerar as interações entre espécies e frotas. Algumas frotas, nomeadamente as de cerco e de palangre, capturavam conjuntamente o atum patudo, o galha-à-ré e o atum bonito. Consequentemente, qualquer medida de gestão aplicada a uma destas espécies poderia produzir efeitos sobre as frotas que capturavam simultaneamente as restantes. Referiu que o objetivo do processo MSE consistiu em avaliar estas interações e apoiar a definição de um sistema de gestão mais eficiente, capaz

de otimizar os níveis de captura das três unidades populacionais e, simultaneamente, limitar os impactos sobre as diferentes frotas. Esclareceu que as quotas e os TAC recomendados resultaram da aplicação de estratégias de gestão específicas para cada espécie, com um TAC definido para o atum patudo, outro para o galha-à-ré e outro para o atum bonito. As simulações realizadas no âmbito do MSE procuraram, contudo, avaliar de que forma as interações entre as espécies e a atividade das frotas que exploravam várias unidades populacionais poderiam condicionar a capacidade de cada frota atingir simultaneamente os níveis de captura previstos para as três espécies. Por fim, salientou que o objetivo do exercício consistiu em compreender essas interações e contribuir para a definição de um sistema de gestão mais eficaz. Acrescentou que, no caso das frotas cuja atividade se concentrou essencialmente na pesca de atum patudo, a natureza multiespécie da pescaria teria um impacto direto mais limitado.

O Sr. Pedro Capela (*Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores*) colocou uma questão sobre a possível influência das medidas de gestão na evolução das capturas de atum patudo nos Açores, nomeadamente no que respeita ao aumento da presença e das capturas da espécie após a implementação do encerramento da pesca com Dispositivos de Concentração de Peixes (FAD) e a redução da utilização de FAD. Ainda referiu que esta evolução parecia coincidir com o início dessas medidas e considerou que a situação poderia estar relacionada com a dependência das frotas insulares da migração e da disponibilidade sazonal dos tunídeos nas regiões da Macaronésia, designadamente nas Canárias, na Madeira e nos Açores. Sublinhou que esta questão tem sido igualmente discutida nos Açores, onde se observou um aumento das capturas de atum patudo coincidente com a implementação do encerramento da pesca com FAD e a redução da utilização dos FAD. Nesse contexto, questionou se seria possível estabelecer uma relação entre estas medidas de gestão e a alteração da distribuição ou do comportamento migratório do atum patudo, salientando que os Açores apresentaram níveis de captura relativamente elevados quando comparados com a Madeira e as Canárias. Por outro lado, considerou a possibilidade de esta evolução não resultar diretamente das medidas aplicadas às pescarias, mas antes de alterações nas condições ambientais e oceanográficas, nomeadamente associadas às alterações climáticas, que poderiam estar a influenciar a distribuição e os padrões migratórios da espécie. Por fim, questionou se esta eventual relação entre a implementação do encerramento da pesca com FAD, a redução da utilização dos FAD e a evolução da presença e das capturas de atum patudo nos Açores já tinha sido objeto de estudo ou se existiam trabalhos em curso destinados a avaliar a influência destes fatores sobre os padrões de migração e distribuição da espécie.

O Sr. Gorka Merino reconheceu a dificuldade em estabelecer uma relação direta entre o encerramento da pesca com FAD e o aumento da presença de juvenis de atum patudo junto aos Açores. Explicou que a utilização dos FAD ocorre sobretudo em zonas mais a sul, próximas das regiões tropicais, pelo que não dispunha de elementos que permitissem concluir que o encerramento dessa

pescaria tivesse contribuído para uma maior presença de juvenis de atum patudo nos Açores. Salientou que, para além das alterações climáticas, existem numerosas variáveis oceanográficas cujo impacto sobre os tunídeos ainda não é totalmente conhecido. Referiu que a própria variabilidade anual das pescarias artesanais demonstrava essa incerteza, uma vez que existem anos com resultados muito favoráveis e outros com capturas significativamente inferiores, sem que seja possível identificar com precisão os fatores responsáveis. A este respeito, retomou o exemplo do atum voador, no golfo da Biscaia, anteriormente mencionado, salientando que, apesar do bom estado da unidade populacional, a frota por vezes necessita de se afastar do golfo para encontrar concentrações da espécie, enquanto noutras ocasiões consegue realizar capturas significativas junto à costa. Considerou que estas variações estariam provavelmente relacionadas com a dinâmica e a distribuição da unidade populacional, ainda insuficientemente compreendidas, não sendo possível atribuí-las diretamente às alterações climáticas. Por outro lado, admitiu que a deslocação para norte da distribuição de determinadas espécies tipicamente tropicais poderia estar relacionada com as alterações climáticas. Referiu, a título de exemplo, a presença crescente de espécies tropicais em latitudes mais elevadas e mencionou igualmente o caso do atum rabilo, cuja ocorrência se tem registado com maior frequência em zonas da Inglaterra e da Irlanda e, inclusivamente, nas proximidades da Suécia e da Noruega. Considerou que esta evolução poderia refletir alterações na distribuição espacial das unidades populacionais. Distinguiu, contudo, estas alterações de distribuição das variações anuais da abundância, cuja relação direta com as alterações climáticas considerou mais difícil de estabelecer. Concluiu, assim, que não dispunha de elementos suficientes para estabelecer uma ligação direta entre o encerramento da pesca com FAD, a evolução das capturas de atum patudo nos Açores e as alterações observadas na distribuição da espécie.

Na sequência da intervenção anterior, o Sr. David Pavón retomou a referência à possível influência das alterações climáticas na distribuição dos tunídeos e questionou o Sr. Gorka Merino sobre a existência de informação adicional relativamente à expansão da ocorrência de espécies tropicais para latitudes mais elevadas. Referiu que, segundo relatos de pescadores e colegas dos Países Bascos e da Cantábria, nos últimos quatro a seis anos se registou uma presença invulgarmente elevada de espécies tropicais em águas do norte da Península Ibérica. Mencionou, em particular, a ocorrência de quantidades excecionais de atum bonito durante o verão de um dos últimos anos, bem como uma presença mais frequente de atum patudo e de atum rabilo. Salientou igualmente que os Açores têm registado, há vários anos, uma presença particularmente significativa de atum patudo e atum bonito, com níveis de captura superiores aos observados nas Canárias. Acrescentou que, nas Canárias, a ocorrência destas espécies diminuiu entre as épocas de dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois, enquanto, simultaneamente, se observou uma presença mais elevada nos Açores e o aparecimento

destas espécies no mar Cantábrico. Considerou relevante o facto de se tratar de espécies predominantemente tropicais, cuja distribuição se associa tradicionalmente a regiões mais meridionais, incluindo a zona do golfo da Guiné, e questionou se a sua ocorrência cada vez mais frequente em latitudes elevadas poderia refletir uma alteração mais ampla dos padrões de distribuição dos tunídeos. A este propósito, referiu ainda relatos provenientes de outras regiões oceânicas, nomeadamente do Pacífico Oriental, segundo os quais, em determinados anos, as frotas teriam necessitado de deslocar progressivamente a atividade de pesca para sul, em direção a latitudes mais próximas do Polo Sul, para encontrar concentrações das espécies-alvo. Reconheceu, contudo, não dispor de informação suficiente sobre a evolução destes padrões no Pacífico Ocidental ou no Oceano Índico. Por fim, questionou o Sr. Gorka Merino sobre a existência de informação ou estudos que permitissem avaliar se estas alterações na distribuição geográfica dos tunídeos tropicais constituem um fenômeno observado de forma generalizada nos diferentes oceanos e em que medida poderão estar relacionadas com alterações das condições ambientais e climáticas.

O Sr. Gorka Merino respondeu que a informação de que dispunha era semelhante aos relatos anteriormente apresentados, mencionando, a título de exemplo, o aumento da ocorrência de exemplares de grande porte de atum patudo nos Países Bascos. Salientou que os tunídeos apresentam uma elevada capacidade de adaptação e que, se a temperatura constitui se o único fator determinante, poderiam ocupar uma área geográfica muito mais extensa. Explicou, contudo, que a distribuição destas espécies depende igualmente de outros fatores, designadamente da produtividade do oceano, da disponibilidade de alimento e da distribuição de pequenos peixes pelágicos. Considerou que estes fatores poderiam explicar melhor as variações interanuais na distribuição dos tunídeos do que uma relação direta entre a temperatura da água e a sua presença numa determinada região. Referiu que diferentes abordagens, nomeadamente através de modelos de habitat, apontam para uma possível expansão da distribuição dos tunídeos tropicais para latitudes mais elevadas, tanto a norte como a sul. Sublinhou, contudo, que os estudos existentes ainda não permitem retirar conclusões definitivas sobre este fenómeno. Concluiu que, embora os relatos sobre a alteração da distribuição dos tunídeos sejam consistentes com algumas das previsões dos modelos de habitat, não existe ainda evidência científica suficientemente robusta que permita associar diretamente estas alterações a uma variável oceanográfica específica, como a temperatura, ou atribuí-las de forma conclusiva às alterações climáticas.

O Sr. David Pavón considerou que os relatos apresentados deveriam ser entendidos como observações empíricas decorrentes da experiência das comunidades piscatórias, sem uma validação científica rigorosa, embora evidenciem alterações efetivamente observadas no terreno. Referiu que, na procura de tunídeos e na análise dos padrões de distribuição das espécies, são atualmente utilizados diversos indicadores oceanográficos, nomeadamente dados de altimetria marítima, a identificação de

zonas de transição associadas a variações de temperatura e a análise das condições da cadeia trófica, incluindo a distribuição de fitoplâncton e zooplâncton. Explicou que, consoante a espécie e a região, estas diferentes variáveis são cruzadas para identificar condições potencialmente favoráveis à ocorrência dos tunídeos. Neste contexto, a análise da altimetria, designadamente das áreas com anomalias positivas ou negativas, em conjunto com os dados de temperatura e outros indicadores ambientais, constitui uma ferramenta utilizada para acompanhar a distribuição dos recursos. Concluiu salientando que, apesar das diferenças entre espécies e regiões, a tendência geral observada aponta para uma ocorrência cada vez mais frequente dos tunídeos em latitudes mais elevadas, designadamente para norte.

O Sr. Jorge Gonçalves retomou a questão anteriormente colocada sobre o tubarão anequim, salientando que a redução das capturas decorrente da proibição da pescaria seria naturalmente expectável. Sublinhou, contudo, que a sua dúvida incidia sobre a evolução da mortalidade por pesca, questionando se esta terá efetivamente diminuído na sequência das medidas adotadas. Solicitou, assim, que o Sr. Gorka Merino esclarecesse, de forma específica, se a redução das capturas de tubarão anequim se traduziu igualmente numa diminuição da mortalidade por pesca da espécie.

O Sr. David Pavón inquiriu quem seria a pessoa mais indicada para responder se a pesca do tubarão anequim era proibida em todo o território ou apenas em algumas zonas, e se pode haver capturas mesmo onde é proibido numa zona específica.

Em resposta, o Sr. Gorka Merino explicou a figura apresentada, indicando que o eixo vertical representava a mortalidade por pesca em relação à correspondente ao MSY e o eixo horizontal a biomassa da unidade populacional em relação à biomassa de referência. As zonas vermelha e laranja correspondiam a situações de sobrepesca, enquanto as zonas verde e amarela refletiam, respetivamente, níveis de biomassa acima e abaixo do MSY. Referiu que, inicialmente, a mortalidade por pesca aumentou significativamente, atingindo mais do dobro do nível de referência, o que conduziu posteriormente à redução da biomassa. A partir de cerca do ano dois mil, a mortalidade por pesca começou a diminuir, mas a biomassa permaneceu relativamente estável, refletindo o desfasamento temporal entre a redução da mortalidade e a resposta da unidade populacional. Considerou que a diminuição da mortalidade por pesca estaria associada à redução das capturas e salientou que, mantendo-se esta tendência, seria expectável que a biomassa começasse progressivamente a recuperar. Esclareceu, assim, que a redução das capturas se traduziu numa diminuição da mortalidade por pesca, embora os efeitos sobre a biomassa ainda não fossem claramente visíveis.

Na sequência da explicação apresentada, o Sr. David Pavón considerou que a recuperação da unidade populacional poderia estar condicionada pelo reduzido ritmo reprodutivo característico dos tubarões. Referiu que, mesmo perante uma redução significativa da mortalidade por pesca, poderá ser

necessário algum tempo até que os efeitos dessa redução se reflitam na biomassa da unidade populacional.

A Sra. Anne-France Mattlet retomou a questão do encerramento da pesca com FAD, salientando que, embora os navios europeus respeitem a medida, tal não acontece necessariamente com as frotas do Gana e do Senegal, tendo sido observada a utilização de FAD por estas frotas durante o período de proibição. Referiu que a frota europeia de atuneiros de cerco na zona ICCAT diminuiu cerca de 60%, mas questionou se o esforço de pesca com FAD terá efetivamente diminuído, considerando o aumento das frotas ganesa e senegalesa. Mencionou, a título de exemplo, um aumento de 80% das capturas declarado pelo Gana durante os anos de encerramento. Por fim, questionou o Sr. Gorka Merino sobre a existência de novos estudos relativos ao impacto do encerramento. Recordou que uma avaliação da AZTI, divulgada cerca de dois anos antes, considerava a sujeição do atum patudo e da galha-à-ré a quotas um dos principais fatores para determinar a necessidade da medida, e perguntou se o Comité Permanente de Investigação e Estatística (SCRS) tinha, entretanto, atualizado esta análise ou realizado novos estudos sobre a matéria.

O Sr. Nicolas Blanc esclareceu que, no Atlântico Norte, a medida em vigor não proíbe a captura de tubarão anequim, mas a sua retenção a bordo e o posterior desembarque. Assim, a indicação é a de que os exemplares capturados devem ser devolvidos ao mar imediatamente. Salientou, contudo, que a sobrevivência após a devolução depende do estado do animal, do tempo de manuseamento e das práticas adotadas a bordo. Referiu que várias entidades têm trabalhado com a ICCAT, no sentido de melhorar estas práticas e reduzir a mortalidade pós-captura. Acrescentou que a redução das capturas refletia não apenas as medidas de gestão, mas também a diminuição da unidade populacional de tubarão anequim no Atlântico Norte. Sublinhou que a elevada idade de maturação das fêmeas, que apenas iniciam a reprodução por volta dos dezoito a vinte anos, agrava esta situação, uma vez que muitos indivíduos não sobrevivem até à idade reprodutiva, contribuindo para a redução da unidade populacional.

O Sr. Gorka Merino explicou que o estudo publicado dois anos antes avaliou a eficácia do encerramento de áreas com FAD na recuperação do atum patudo e da galha-à-ré. Concluiu que, quando existem TAC adequados e devidamente respeitados, o encerramento não acrescenta benefícios significativos, uma vez que o controlo da mortalidade por pesca permite a recuperação das unidades populacionais. Referiu que, no caso do atum patudo, o TAC de 62 000 toneladas aplicado entre dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e três permitiu a recuperação rápida da unidade populacional. Para a galha-à-ré, considerou igualmente que o cumprimento do limite de captura recomendado, de 125 000 toneladas, seria suficiente para manter a unidade populacional em situação favorável. Concluiu que a prioridade deveria centrar-se na correta distribuição das quotas e no cumprimento dos limites de

captura, reduzindo a necessidade de recorrer ao encerramento de áreas com FAD.

O Sr. Pedro Capela salientou a importância da informação apresentada pela Sra. Anne-France Mattlet e referiu que, para além dos países mencionados, existiam outros casos de incumprimento das regras, incluindo situações registadas desde o primeiro ano de distribuição de quotas, em que determinados países teriam ultrapassado significativamente os limites estabelecidos. Nesse contexto, questionou quais as consequências aplicáveis aos países que não cumprem as regras, salientando que algumas frotas procuravam respeitar rigorosamente as disposições em vigor, enquanto outras ultrapassavam os limites atribuídos. Considerou esta situação particularmente relevante para as frotas que dependem da disponibilidade e do aparecimento das espécies nas respetivas zonas de pesca. Questionou, assim, quais as medidas ou repercussões previstas para os países que ultrapassam as quotas e se seria possível avançar com uma recomendação destinada a reforçar o cumprimento das regras e a assegurar condições mais equilibradas entre as diferentes frotas.

O Sr. David Pavón salientou que o cumprimento das exigências da União Europeia, embora constitua uma vantagem em termos de regulamentação, poderá gerar situações de concorrência desleal quando outros países não cumprem regras equivalentes. Considerou que esta assimetria dificulta a concorrência em condições de igualdade e poderá prejudicar significativamente a atividade das frotas europeias, colocando em risco a sustentabilidade do setor.

A Sra. Anne-France Mattlet considerou que a resposta não esclareceu totalmente a questão colocada, nomeadamente se o estudo mencionado tinha sido atualizado nos últimos dois anos e se as suas conclusões continuavam válidas. Relativamente à intervenção do Sr. Pedro Capela, concordou com a necessidade de formular uma recomendação sobre o cumprimento das regras. Referiu que, no caso do Senegal, a questão chegou ao Comité de Cumprimento da ICCAT, mas não reuniu consenso para avançar, aguardando-se a próxima reunião para obter informações adicionais do Senegal e da União Europeia. Sublinhou que qualquer sanção exige um voto favorável e que a composição das coligações existentes dificulta a adoção de uma decisão. Acrescentou que decorria igualmente um processo da União Europeia relativo à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), que permanecia na zona amarela. Considerou pertinente solicitar esclarecimentos à Comissão Europeia sobre este processo e reiterou a importância de apresentar uma recomendação sobre o cumprimento das regras.

O Sr. David Pavón apresentou uma reflexão sobre a eficácia das medidas de gestão das pescas e o cumprimento das regras internacionais. Sublinhou que, embora apoiasse as áreas marinhas protegidas, a sua eficácia dependia da capacidade de assegurar o respetivo controlo e cumprimento. Considerou que a ICCAT desenvolveu um quadro abrangente de gestão das pescarias, mas que a ausência de mecanismos internacionais suficientemente eficazes de controlo e fiscalização

comprometia os resultados alcançados. Referiu que, quando apenas parte dos intervenientes cumpre as regras, os custos recaem sobretudo sobre aqueles que as respeitam, gerando desincentivos ao cumprimento. Defendeu, por isso, um maior investimento internacional no controlo e na fiscalização, a par dos recursos já destinados às organizações regionais de gestão das pescas e ao desenvolvimento das medidas de gestão. Concluiu que o reforço do cumprimento constituía uma componente essencial para garantir a eficácia das regras adotadas e deu a palavra ao Sr. Gorka Merino para comentar a questão.

1. O Sr. Gorka Merino esclareceu que o documento mencionado tinha sido atualizado e que uma análise semelhante seria apresentada pelo grupo de atuns tropicais na reunião do Grupo de Gestão de Outras Espécies da ICCAT (Painel 4), na semana seguinte. A pedido da Sra. Anne-France Mattlet, o Sr. Gorka Merino reiterou que o documento já se encontrava atualizado e que seria apresentado na referida reunião.

O Sr. David Pavón considerou concluída a discussão, registando a existência de uma proposta de recomendação apresentada pelo Sr. Pedro Capela. Agradeceu ao Sr. Gorka Merino a sua participação na reunião, os esclarecimentos prestados e o contributo para os trabalhos, dando por encerrada a sua intervenção.

Ponto de situação:

O Sr. Gorka Merino apresentou a situação das principais unidades populacionais da ICCAT, destacando o estado favorável da maioria dos atuns comerciais e do tubarão-azul. O tubarão anequim permanecia em situação de sobre-exploração, embora com redução da mortalidade por pesca, enquanto o espadim-azul continuava sobre-explorado. Foram discutidas as estratégias de gestão multiespécie dos atuns tropicais e a necessidade de considerar as especificidades das pescarias das RUP e as variações na disponibilidade dos recursos. Abordou-se igualmente a possível influência das medidas de encerramento da pesca com FAD e das alterações ambientais na distribuição do atum patudo, sem que tivesse sido possível estabelecer uma relação direta. Foram ainda analisadas as incertezas na avaliação do tubarão anequim, a redução das capturas e a necessidade de reforçar o controlo e o cumprimento das regras internacionais. Neste contexto, defendeu-se a elaboração de uma recomendação sobre o cumprimento das medidas de gestão e confirmou-se a atualização do estudo da AZTI sobre os FAD.

5. **Debate sobre a promoção da literacia em matéria de pesca sustentável nas RUP** (Recomendação n.º 7 do Plano de Trabalho 2025/26);

O Sr. David Pavón iniciou o debate, relembrando que irá decorrer a reunião das partes interessadas sobre assuntos da ICCAT, a 7 de outubro, e que o Secretariado enviou um e-mail para que, qualquer membro que queira participar por parte do CCRUP, informe até dia 20 de setembro. Explicou que o ponto em discussão tinha como base a incorporação do conhecimento científico no setor das pescas e propôs que a reflexão fosse desenvolvida nos dois sentidos, considerando igualmente importante assegurar a transmissão do conhecimento e da experiência do setor pesqueiro às comunidades científica e administrativa. Neste contexto, salientou que o conhecimento dos pescadores poderia ser transmitido através de dados objetivos, e não apenas sob a forma de perceções ou opiniões. Deu como exemplo os equipamentos atualmente disponíveis nas embarcações, designadamente sonares e sondas, que permitem recolher informação suscetível de ser utilizada pela comunidade científica. Referiu, a este propósito, a perceção existente no setor relativamente à elevada presença de atum rabilo e considerou que a disponibilização de dados objetivos, nomeadamente através dos registos obtidos por estes equipamentos, poderia contribuir para que a comunidade científica pudesse avaliar e eventualmente validar essas observações. O Sr. David Pavón destacou igualmente a importância da transmissão do conhecimento científico ao setor pesqueiro, por considerar que este permite aos pescadores compreender melhor determinados fenómenos. Como exemplo, referiu o conhecimento tradicional existente nas Canárias sobre a veja (*Sparisoma cretense*) e explicou que, no passado, alguns pescadores consideravam que esta espécie chegava às ilhas proveniente de outras regiões. Segundo explicou, a espécie aproxima-se bastante da costa durante os meses de abril e maio, reunindo-se em bancos, o que levou algumas gerações de pescadores a considerar que chegava nessa altura proveniente de outras ilhas. Contudo, o conhecimento científico permitiu compreender que a espécie está associada a profundidades relativamente reduzidas, geralmente até cerca de 30 a 40 metros, podendo ser encontrados exemplares isolados a maiores profundidades, e que, em determinadas zonas, evita atravessar fundos arenosos. Referiu que, na sua experiência, as vejas podem chegar a acumular-se junto a praias quando encontram zonas de areia que dificultam a sua passagem. Considerou que a conjugação entre o conhecimento empírico dos pescadores e o conhecimento científico permite construir um conhecimento mais completo sobre a realidade marinha e pode contribuir para uma melhor gestão das pescarias.

A Sra. Anne-France Mattlet solicitou um esclarecimento quanto ao título da recomendação, questionando se a referência à promoção da cultura da pesca sustentável, constante da ordem de trabalhos, correspondia à recomendação relativa a uma pesca mais sustentável que constava do

documento recebido. Especificou que a dúvida decorria da diferença entre as formulações utilizadas nas diferentes versões linguísticas da documentação.

O Sr. David Pavón esclareceu que, embora ambas as formulações contivessem a palavra "sustentável", não se tratava de uma recomendação sobre uma pesca mais sustentável. Explicou que o objetivo consistia na incorporação do conhecimento científico no setor pesqueiro e, simultaneamente, na integração do conhecimento do setor na componente científica e administrativa, para que este fosse considerado na gestão das pescarias. Acrescentou que a ideia inicial incluía igualmente uma vertente de formação dirigida ao setor pesqueiro, destinada a permitir aos pescadores interpretar, avaliar e compreender melhor determinados elementos de natureza científica, nomeadamente através de ações de formação ministradas por especialistas da área científica e biológica.

O Sr. João Delgado (*Mútua dos Pescadores*) manifestou a sua concordância com a recomendação e considerou fundamental que o conhecimento científico seja apoiado pelo conhecimento empírico daqueles que desenvolvem diariamente a sua atividade no terreno. Sublinhou a importância de aproximar a comunidade científica da realidade concreta do setor e de promover uma triangulação de conhecimentos que permita produzir conhecimento novo de forma mais realista e acertada. Considerou que esta aproximação poderia contribuir para retirar a comunidade científica daquilo que alguns consideram ser uma "torre de marfim", permitindo um confronto mais direto com a realidade concreta e quotidiana da atividade pesqueira. Referiu ainda que essa articulação poderia contribuir para a elaboração de legislação mais ajustada à realidade, alertando para o risco de serem produzidas normas desfasadas da realidade concreta do setor e, consequentemente, de difícil aplicação. Sublinhou, neste contexto, que as derrogações devem constituir exceções e não substituir, na prática, a aplicação da legislação produzida, uma vez que, quando as derrogações passam a ser a regra, tal evidencia um desajustamento entre a legislação e a realidade concreta a que esta se destina. Considerou igualmente importante que, quando se fala de conhecimento científico, não sejam consideradas apenas as ciências relacionadas com a biologia ou a oceanografia, devendo também ser valorizadas as ciências sociais e humanas, de modo que as políticas públicas tenham em conta as necessidades concretas das populações que vivem e dependem da pesca. O Sr. João Delgado acrescentou que o conhecimento científico produzido ao longo da história teve frequentemente por base o conhecimento empírico, dando como exemplo a expansão marítima dos séculos XV e XVI e salientando que, antes do desenvolvimento do conhecimento científico e da cartografia, eram os pescadores e a pequena navegação comercial que acumulavam um conhecimento aprofundado do mar. Referiu, neste contexto, o contributo desse conhecimento para a posterior cartografia dos fundos marinhos e dos bancos de pesca e para o desenvolvimento do conhecimento científico.

O Sr. David Pavón afirmou estar de acordo com esta reflexão e salientou a importância de que,

aquando da elaboração de legislação e de outros instrumentos jurídicos, sejam consideradas as condições concretas existentes no mar e no setor. Sublinhou, neste âmbito, a necessidade de considerar conjuntamente as dimensões biológica, social e económica da sustentabilidade. Referiu ainda, a título de exemplo, as dificuldades de aplicação prática de parte das medidas previstas no Regulamento de Controlo.

A Sra. Mercedes García (*Asociación Tinerfeña de Amigos de la Naturaleza*) considerou que o momento era particularmente oportuno para a elaboração da recomendação, tendo em conta o Pacto Europeu dos Oceanos, aprovado em 2025, no qual o conhecimento constitui uma das prioridades. Referiu igualmente a estratégia de renovação geracional azul da União Europeia e considerou que a recomendação poderia integrar uma componente de educação e formação dirigida aos jovens, incluindo em contexto escolar. Nesse sentido, propôs que a recomendação pudesse abranger a alfabetização oceânica, o conhecimento sobre pesca sustentável, a transmissão do conhecimento tradicional e a renovação geracional.

O Sr. Jorge Gonçalves manifestou a sua concordância com as intervenções anteriores e expressou preocupação relativamente ao futuro Regulamento de Controlo. Referiu que, no dia anterior, não tinha sido possível aprofundar devidamente esta matéria com a Sra. Susan Steele, por considerar que esta não seria a pessoa com competência para legislar e definir as regras em causa. Referiu ainda que, na sua perspetiva, se estaria frequentemente a proceder à elaboração das regras sem que o conhecimento empírico, as recomendações e as preocupações apresentadas pelo setor fossem devidamente consideradas antes da elaboração e publicação da legislação. Considerou que as preocupações do setor têm vindo a ser encaminhadas para os locais apropriados, nomeadamente para a Comissão Europeia, mas que nem sempre seriam devidamente tidas em conta, podendo resultar em medidas desajustadas da realidade concreta e que posteriormente obrigam a correções. Considerou que a União Europeia e a Comissão Europeia deveriam ter em conta as diferenças existentes entre territórios e evitar a adoção de mecanismos idênticos para situações distintas. Referiu, a este respeito, que as RUP apresentam características diferentes entre si e relativamente às regiões continentais da União Europeia. Manifestou preocupação quanto aos efeitos que o futuro Regulamento de Controlo poderia produzir nas RUP e indicou que seria necessário aguardar pelo resultado do processo para posteriormente avaliar a necessidade de reação.

O Sr. Michel Nalovic (*Trans Océans Tortues Marines - TOTM*), apresentou a situação da tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriacea*), espécie de dimensão transoceânica, cuja problemática se manifesta tanto nas águas internacionais como nas águas locais da Guiana Francesa. Explicou que a espécie se alimenta essencialmente de medusas e que estas, por sua vez, consomem larvas e ovos de peixes pelágicos, podendo a abundância de medusas ter consequências sobre as populações futuras de

peixe, nomeadamente sobre espécies exploradas pelas pescarias pelágicas. Referiu ainda que as tartarugas são capturadas incidentalmente tanto por frotas de pesca ilegal nas águas da Guiana Francesa como por pescarias pelágicas de diferentes nacionalidades quando se encontram em águas internacionais. Recordou que, cerca de dez anos antes, tinham sido desenvolvidos trabalhos envolvendo institutos de investigação, universidades e organizações de pescadores com o objetivo de avaliar as capturas acidentais de tartarugas pelas pescarias da ICCAT. Segundo referiu, esse trabalho tinha sido apresentado à ICCAT e constituía, à data, a melhor ciência disponível, tendo identificado zonas onde a concentração de capturas acessórias poderia ser significativa. Referiu que algumas das informações então apresentadas não tinham sido consideradas suficientes, designadamente por existirem lacunas quanto à localização de machos e juvenis, embora, na sua perspetiva, o trabalho constituísse a melhor informação científica disponível naquele momento. Indicou que, entretanto, tinham passado cerca de dez anos e que a situação da espécie no Atlântico se tinha agravado, encontrando-se as suas populações reduzidas a uma fração dos níveis históricos. Recordou igualmente que, quando participou nos trabalhos da SCRS da ICCAT, tinham sido apresentados dados preocupantes relativos às capturas acessórias por frotas, nomeadamente asiáticas, que operavam à escala do Atlântico, embora parte dessa informação não tivesse sido divulgada devido às regras de confidencialidade da ICCAT. Neste contexto, questionou se seria pertinente transmitir à ICCAT a situação relativa às tartarugas-de-couro e o impacto das pescarias sobre a espécie, bem como conhecer o ponto de situação relativamente às capturas acessórias desta espécie e a forma como esta questão poderia ser abordada no âmbito daquela organização.

O Sr. David Pavón esclareceu que a questão apresentada pelo Sr. Michel Nalovic não constituía, em si mesma, o objeto da recomendação em discussão. Considerou, contudo, que parte da informação apresentada poderia relacionar-se com a recomendação, na medida em que a transmissão de conhecimento científico às escolas e ao setor pesqueiro poderia contribuir para reduzir determinados impactos, uma vez que um melhor conhecimento poderia favorecer a adoção de medidas destinadas a minimizá-los. Acrescentou que registava igualmente a proposta de transmitir à ICCAT a situação relativa às tartarugas e a questão de saber de que forma poderia ser abordada uma solução no âmbito daquela organização, considerando, contudo, que se trataria de outro tema e de uma possível recomendação distinta. Retomando a proposta principal, o Sr. David Pavón considerou que a recomendação deveria desenvolver-se em dois sentidos: por um lado, a incorporação do conhecimento científico no setor pesqueiro e, por outro, a incorporação do conhecimento dos pescadores na gestão das pescarias, nas administrações e na componente científica. Considerou ainda que a formação e a divulgação do conhecimento científico poderiam contribuir para uma sociedade com maior literacia científica e, a prazo, para uma melhor interação entre as atividades humanas e o meio marinho.

A Sra. Mercedes García disponibilizou-se para enviar um projeto com os elementos que, na sua perspetiva, poderiam ser considerados na recomendação.

O Sr. David Pavón considerou a proposta positiva e acrescentou que qualquer membro que pretendesse contribuir poderia enviar textos ou propostas, os quais serviriam de base à elaboração de um primeiro projeto de recomendação.

Ponto de situação:

No final do debate, registou-se a convergência quanto à importância de promover uma maior articulação entre o conhecimento científico e o conhecimento e a experiência dos profissionais da pesca. Foi igualmente salientada a importância da formação e da divulgação do conhecimento científico junto do setor pesqueiro e, de forma mais abrangente, da sociedade, bem como da consideração do conhecimento dos pescadores nos processos de gestão das pescarias.

Foram ainda identificados como possíveis elementos a considerar na recomendação a educação e formação dos jovens, a literacia oceânica, a transmissão do conhecimento tradicional e a renovação geracional.

A Sra. Mercedes García disponibilizou-se para enviar um projeto de recomendação com os elementos que, na sua perspetiva, poderiam ser integrados na recomendação.

6. Debate sobre medidas de apoio ao planeamento das Áreas Marinhas Protegidas nas RUP (Recomendação n.º 10 do Plano de Trabalho 2025/26);

O Sr. David Pavón iniciou o debate recordando que, nas RUP, a pesca é essencialmente artesanal, praticada em pequenas embarcações por pescadores que mantêm uma ligação muito forte e afetiva ao meio em que trabalham. Afirmou que ninguém deseja mais do que o setor que o ecossistema esteja em plenitude: por um lado, para poder exercer a atividade e extrair o recurso em melhores condições; por outro, pelo apego ao meio marinho. Por essa razão, o setor sempre se considerou favorável às medidas de proteção, com as quais a pesca artesanal partilha os mesmos objetivos. Para o pescador artesanal, a proteção e a atividade andam de mãos dadas. Observou, no entanto, que muitos espaços protegidos estão a ser criados contra o setor, estando a excluí-lo. O setor concorda com a exclusão sempre que a pesca tenha um impacto negativo sobre o que se pretende proteger, mas não compreende que seja excluído. Sublinhou a dimensão social e económica desta exclusão, uma vez que esses espaços são, por vezes, imprescindíveis para a viabilidade económica e para o bem-estar social das comunidades piscatórias, e defendeu que o setor não deve ser excluído quando a atividade que

desenvolve não tem qualquer impacto sobre o objeto da proteção. A mensagem a transmitir às administrações é, assim, a de que deve ser protegido tudo o que necessita de proteção, mas sem excluir a pesca quando esta não tem impacto. Descreveu o setor pesqueiro como mais um elo da cadeia que, quando nela se integra de forma sustentável e sem impacto negativo, pode até ser benéfico. Um setor excluído de um espaço sem uma devia justificação não acreditará na sua proteção e rejeitá-la-á, ao passo que integrado, será garante dessa proteção e, muito provavelmente, vigilante do seu cumprimento. Referiu que Portugal, e porventura os Açores, estarão entre os mais avançados nesta matéria, mas que o setor açoriano é dos que mais sofrem esta realidade, nomeadamente na pesca de tunídeos com salto e vara. Acrescentou que esta é uma recomendação obrigatória do Plano de Trabalho, mas também uma luta que o setor terá de assumir nos próximos anos, para fazer compreender às administrações, sobretudo à europeia, que, quando não há impacto negativo, a pesca deve poder realizar-se no interior dos espaços protegidos.

O Sr. José Basílio Otero (*Federación Nacional de Cofradías de Pescadores*) considerou que o título da recomendação deveria ser "áreas marinhas protegidas de interesse pesqueiro", e não apenas "áreas marinhas protegidas". Informou que Espanha tem doze experiências, com funcionamentos diversos, das quais as que funcionam bem podem ser replicadas, citando como exemplos claros Cala Ratjada e Tabarca. Nestas reservas marinhas, ou áreas marinhas protegidas de interesse pesqueiro, não se trata de excluir a pesca, constituem, a seu ver, a melhor forma de cogestão existente em Espanha. Têm áreas de proteção integral *áreas de proteção total*, onde não se pode pescar, e outras áreas em que se podem combinar determinadas artes de pesca em função do que se pretende proteger. Salientou que Espanha, a par de Portugal, dispõe de experiências reproduzíveis noutras zonas e reforçou a necessidade de adoção da expressão "áreas marinhas protegidas de interesse pesqueiro".

O Sr. Jean Michel Cotrebil (*Comité Regional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de Martinique*) informou que a Martinica dispõe de um parque natural marinho, criado há algum tempo, em cujo conselho de gestão tem cinquenta e três membros, dos quais oito são pescadores, existindo ainda uma comissão de pesca no seu âmbito. Refere que o modelo funciona muito bem e não há conflitos de usos nem de interesses, uma vez que funciona no interesse de todos.

O Sr. David Pavón pediu mais informação sobre as RUP francesas, designadamente sobre a forma como estão desenhados os espaços marinhos protegidos, a gestão interna e as regras aplicáveis à pesca. Explicou que, na região onde desenvolve a sua atividade, existe uma reserva marinha de interesse pesqueiro que funciona bastante bem: na zona integral é permitida a pesca de tunídeos, sendo importante para o setor que aí não se pesquem espécies demersais, porque essa zona funciona como área de hiperprodução, não explorada pelos pescadores, cujo excedente populacional se desloca para as zonas adjacentes. Quanto aos tunídeos, afirma que não faria sentido não os capturar com salto e

vara, na camada superficial, quando atravessam a zona, por vezes durante apenas meia hora. Concordando com o Sr. Basílio Otero, defendeu que a abordagem fosse alargada, seja na Rede Natura 2000, ou no parque nacional, ou na reserva marinha de interesse pesqueiro ou outra figura.

O Sr. Jean Michel Cotrebil explicou que o parque natural marinho da Martinica é um instrumento do Estado dirigido por agentes locais, no qual têm assento membros de várias associações, mergulhadores, pescadores, aquicultores, pelo que a gestão do parque implica necessariamente associar todos os utilizadores. Referiu que as migrações são muito variáveis e que a pesca obedece a uma periodicidade própria: vai-se regularmente ao largo, mas por vezes não há peixe, e é em função disso que o recurso é gerido. Salienta que ainda não existem estudos suficientes sobre a componente pelágica, mas que estes estão em curso. Ao contrário de outras regiões, onde a sazonalidade é constante, a realidade da Martinica é distinta. Indicou que o parque abrange cerca de 50 000 km², estendendo-se até aos 200 000 km², mas que as práticas locais são diferentes das de outras RUP, as pequenas embarcações tradicionais, como as que os participantes das reuniões do CCRUP viram no dia anterior, não permitem aventurar-se a 100 000 km² ou 200 000 km², pelo que poucos pescadores praticam a pesca pelágica de longa distância. O problema com que se confrontam é outro: a presença de navios taiwaneses, também referida na véspera, que operam em zonas mais afastadas, mas terão sido detetados mais perto da costa, chegando por vezes a largar aí as suas artes de pesca. Refere ainda que este trata-se de um tema que está a ser discutido no âmbito do parque. Reiterou que, ao contrário do que sucede noutros casos, os pescadores estão efetivamente associados ao projeto.

A Sra. Barbara Charvot (*Direction de la mer – Préfet de la région Martinique*) complementou esta informação, esclarecendo que o parque marinho abrange a totalidade da zona económica francesa da Martinica e de Guadalupe. A pesca é autorizada no seu interior, embora certas práticas e a captura de determinadas espécies não o sejam. Dentro do parque existem ainda zonas com níveis de proteção superiores: zonas de cantonamento, que permitem o crescimento dos juvenis e a reprodução, e reservas naturais onde a pesca é totalmente proibida. Assim, a par de um grande parque que cobre todas as águas sob soberania francesa, existem outras áreas marinhas com proteção reforçada.

O Sr. Gérard Zitte (*Comité Regional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de La Réunion*) alertou para que não se confundam parques regionais e parques nacionais. Na Reunião existe uma reserva marinha nacional, ao passo que, nos parques de âmbito regional, a gestão local tem muito maior margem de decisão. O setor gostaria de ter também um parque regional, mas foi-lhe dito que, para isso, seriam necessários recursos financeiros, pelo que não seria possível. Trata-se de um parque nacional, gerido por um agrupamento de interesse público (GIP), em que, para entrar, é preciso pagar. Refere que, desde a criação da reserva, há mais de vinte anos, a pesca profissional tenta ter um assento no conselho de administração, o que poderá finalmente acontecer a 13 de outubro deste ano. Afirma

que, entretanto, o setor tem de recorrer ao GIP da reserva marinha para poder pescar no interior do parque, considerando esta situação anormal. Explicou que, num parque regional, o território pode decidir o que entender, ao passo que, na reserva nacional, é o Estado que fixa a regulamentação, e que o setor gostaria de integrar todas as águas regionais num parque regional. Contrapôs esta situação à dos colegas ibéricos, afirmando que um estatuto destes lhes dá o direito de o fazer e o da Reunião não. Na criação da reserva optou-se pelo estatuto de parque natural de França, e não por um estatuto regional, o que constitui um problema muito grave, pois o setor gostaria de recuperar a soberania regional sobre o parque, ainda que isso não aconteça a curto prazo. Sublinhou, por isso, a necessidade de distinguir bem as realidades institucionais das RUP francesas, cujos estatutos são diferentes.

O Sr. David Pavón entendeu que a intervenção do Sr. Gérard Zitte se prendia com a reivindicação de participação do setor na gestão dos espaços protegidos, de modo a poder exercer a atividade de forma sustentável no seu interior.

O Sr. Léonard Raghnauth (*Comité Regional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de Guyane*) recordou que a relação entre a França e as suas RUP é substancialmente diferente da de Espanha ou de Portugal com as respetivas RUP, contexto que importa ter presente. Evocou a visita a Maiote, em 2022, e o parque marinho então visitado, lembrando como foi criado e que apenas dois dos vinte membros do seu conselho de administração são pescadores. Esse exemplo, geralmente difundido como exemplar e replicável, ilustra, na sua opinião, a forma como Bruxelas fixa "à superfície" a proteger, independentemente dos níveis de proteção, cabendo depois à França cumprir esse objetivo por quaisquer meios. Lembrou que os pescadores são os primeiros utilizadores do mar, ainda que não os únicos, e os vigilantes do ambiente de que dependem e que sustenta as populações. Considera que, em 2026, captura-se com inteligência, a pensar nas gerações futuras e em garantir que haja recursos para o futuro. Contudo, a criação e a governação dos parques levantam dificuldades, e os pescadores são, como referiu o Sr. David Pavón, os grandes lesados, muitas vezes afastados do seu espaço de atuação sem que sejam consideradas medidas para os acompanhar na sua reestruturação. Concluiu que a governação e as relações entre os Estados-Membros e as suas RUP não são idênticas, e que a compreensão dessa diferença explica as disparidades entre territórios europeus.

A Sra. Lisandra Sousa (*Coopescamadeira*) referiu que a criação de áreas marinhas protegidas preocupa a Madeira há algum tempo, primeiro com a criação da área marinha protegida das Selvagens e, neste momento, com a prevista Reserva Natural Marinha D. Carlos, com uma área estimada em 173 000 km². Há receio de que venham a existir zonas de proteção total no seu interior, o que é particularmente preocupante para os pescadores de peixe-espada-preto (*Aphanopus carbo*), dado que a reserva engloba bancos submarinos fundamentais para esta pescaria, que é parte integrante da história da Madeira. Considera que, o processo de criação novamente decorre sem que se saiba se a vertente da

pesca será tida em conta. Afirma que o setor não é contra a criação de reservas, mas que não se deve criar uma área marinha protegida sem envolver quem trabalha diariamente no mar, conjugando o conhecimento dos pescadores com o conhecimento científico. Considera que tão-pouco se deve retirar uma zona tradicionalmente utilizada para a pesca sem avaliar os impactos económicos sobre os pescadores, as famílias e a economia, tendo em conta que o peixe-espada-preto é um prato muito consumido na Madeira. Considera ainda que os mecanismos de compensação financeira também não são solução, uma vez que os pescadores não querem receber para não pescar, querem trabalhar numa atividade tradicional, artesanal, seletiva e de reduzido impacto ambiental. Neste sentido, entende que as RUP não devem ser tratadas como as regiões continentais ou como a pesca industrial. Salienta que a Madeira se caracteriza pela insularidade, por um espaço marítimo limitado, por uma plataforma continental muito reduzida e por uma forte dependência do mar, pelo que as medidas de gestão devem ser adaptadas à realidade de cada ilha, e não seguir uma solução única para todas as regiões.

O Sr. Pedro Capela, falando em defesa dos armadores açorianos, reconheceu que os Açores foram pioneiros, como foi referido na véspera, mas considerou que isso não os torna um modelo a seguir, na sua opinião, são o exemplo do que não se deve fazer. Subscreveu a posição de que o setor não é contra a criação de áreas marinhas protegidas, mas sim contra a forma como está a ser feita, e apresentou os seus contributos, assentes numa experiência já vivida. Em primeiro lugar, considera que não se deve "começar a casa pelo telhado", entendendo que se avançou com uma grande vontade de implementar estas áreas marinhas protegidas, sem um estudo prévio de impacto socioeconómico, quando este deve ser o ponto de partida. Em segundo lugar, sublinhou a importância do conhecimento empírico e questionou a quem deve destinar-se a recomendação sobre literacia, não aos pescadores, que já sabem, mas a quem faz as regras, as quais, como disse o Sr. Jorge Gonçalves, não podem ser iguais para todos, devendo atender às especificidades de cada zona. Em terceiro lugar, apontou a falta de coerência na definição de áreas de proteção total, considerando que não se deva chamar área marinha protegida àquela de onde se retira a pesca, mas onde se permitem outras atividades, nomeadamente marítimo-turísticas. Questionou o impacto dessas atividades e se foi feito algum estudo, que desconhece. Refere que a pesca do atum, feita à superfície, não interfere, mas é retirada, enquanto se permitem mergulhos com ancoragem e um elevado número de pessoas na água, sem que conheça qualquer obrigação de observadores que atestem o número de mergulhadores e o impacto sobre as espécies. Admite que há relatos de espécies que, em bancos fechados à pesca, se estão a afastar ligeiramente das zonas habituais, pelo que considera que deverá haver algum impacto. Em quarto lugar, apontou para a falta de estudos, referindo que os Açores dispõem da Universidade dos Açores, com um vasto conhecimento da realidade regional, e do Programa de Observação para as Pescas dos Açores (POPA), mas, segundo a sensação que teve, foram pouco considerados ou até afastados, convidando

os colegas açorianos a corrigir ou reforçar esta perceção. Apelou a que todas as entidades envolvidas, incluindo a parte governamental, tenham cuidado e coerência na implementação de áreas marinhas protegidas e das medidas de apoio, alertando que os impactes da mesma já são sentidos pelo setor. Sublinha que as áreas marinhas protegidas entraram em vigor a 1 de janeiro do presente ano, e que houve embarcações que pararam a sua atividade mais cedo por não poderem pescar, e que foram interditadas à pesca algumas áreas onde no ano anterior se capturava determinado peixe, sem qualquer apoio prestado.

O Sr. Pedro Melo (*Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores – ACPA*) reforçou que nenhuma estrutura do setor da pesca foi contra a criação das áreas marinhas protegidas, mas que foram contra a forma como o processo foi conduzido e discutido. Dividiu as medidas de apoio em duas componentes: as de carácter financeiro e as destinadas a criar uma solução mais pacífica, eficaz e produtora de resultados. Defendeu, à semelhança do Sr. Pedro Capela, que qualquer decisão sobre uma área marinha protegida deve ser feita com base em estudos. Neste sentido, afirma que nos Açores começou-se por definir no mapa as áreas que ficariam sujeitas a medidas restritivas, total ou parcialmente, o que revela, a seu ver, que não existiam estudos e que as decisões ficaram ao critério dos vários parceiros presentes na discussão. Refere que, embora se tenha envolvido o setor da pesca, foram esquecidas do processo outras áreas fundamentais. Alertou aos pescadores para que não se considerem o único elo afetado, afirmando que toda a economia da pesca, incluindo as comunidades, será atingida, pelo que é essencial envolver na discussão não só armadores, pescadores, associações e confrarias, mas muitos outros intervenientes. Na sua opinião, esse foi o primeiro erro do processo, embora a sala estivesse bastante cheia, nem todos os setores relevantes estavam devidamente representados. Admitiu que os Açores constituem um exemplo, mas que poderiam ter sido um bom exemplo. Considerou igualmente fundamental que cada discussão ou conclusão resulte num documento final que registe o que foi decidido, mencionando que numa primeira reunião, certas áreas estavam definidas como *áreas de proteção total* e o setor deu isso como garantido, mas que depois, apenas a pesca deixou de poder entrar, mantendo-se a atividade marítimo-turística, com mergulho e apneia, o que, a seu ver, não é característico de uma zona *áreas de proteção total*. Concluiu reconhecendo que o setor da pesca, a seu ver, o mais afetado numa primeira fase, poderá beneficiar a prazo da recuperação das unidades populacionais, mas antecipou um período de 5 a 10 anos bastante difícil, com possíveis retrocessos no próprio setor. Acredita que, se o primeiro prejudicado é o pescador, posteriormente toda a cadeia acaba por sofrer impactes, pelo que qualquer medida de apoio tem de contemplar todos os intervenientes, considerando que esse apoio não foi contemplado, inclusive em relação ao comércio. Relatou que a Presidência do Governo convocou os representantes do comércio para os informar de que também seriam abrangidos pelos apoios, mas que essa indicação,

transmitida informalmente, não foi formalizada em qualquer documento nem comunicada posteriormente, pelo que não resultou num compromisso claro para esta componente da cadeia. O Sr. Pedro Melo chamou ainda a atenção para um aspeto adicional: segundo referiu, os Açores definiram 30% de áreas protegidas, 15% das quais *áreas de proteção total*, o que, na sua perspetiva, constituiu uma mais-valia para o conjunto do país, uma vez que permitiu ao Estado central cumprir parte das suas obrigações. Indicou que isso terá reduzido em cerca de 17% o esforço de designação no território continental e que, se a Madeira acrescentar mais 5 ou 6%, o continente apenas terá de designar cerca de 10% no seu espaço marítimo. Considerou, nesse sentido, que o Estado-Membro pode recorrer às RUP para cumprir uma parte muito significativa dos compromissos que lhe são exigidos pela União Europeia. Por esse motivo, aconselhou os que se encontram numa fase inicial, ou que ainda não a iniciaram, a envolverem-se o mais possível nas negociações, a esclarecerem todas as dúvidas e a registarem formalmente tudo o que for acordado, de modo a evitar que o setor venha a ser prejudicado pelo resultado final. Quanto aos apoios financeiros, referiu que o que fora transmitido ao setor não se concretizou, estando previsto que fossem recebidos a partir de março. Alerta para o facto de que se vive o primeiro ano das áreas marinhas protegidas sem que se tenha tido acesso a qualquer apoio. Dirigindo-se às RUP francesas, cuja relação distante com o respetivo Estado-Membro é conhecida, considerou que o desafio será exigente e que estas deverão mobilizar-se e manter-se firmes, defendendo que o setor deve ter um papel determinante nas decisões e que nada deve avançar sem a sua participação e sem um elevado grau de aceitação por parte do mesmo.

O Sr. João Delgado começou por saudar a riqueza dos contributos e a reflexão profunda que a matéria suscitou, de elementar importância para as RUP, designadamente para a Madeira e os Açores. Defendeu uma abordagem pautada pela racionalidade, objetividade e sensibilidade social, e a necessidade de produzir mais conhecimento sobre as realidades locais, para poder intervir e gerir melhor. Considerou que negligenciar as preocupações dos agentes que estão diariamente no terreno, quer por parte dos governos regionais, quer das estruturas supranacionais da União Europeia, pode comprometer a boa gestão daquilo que é de todos e não corresponder às expectativas das populações, o que contribui para extremar posições e reduzir a sua capacidade de tolerância. Observou que é mais fácil reagir de forma impulsiva do que refletir e procurar consensos à mesa, e que, para os pescadores, nada é mais difícil de aceitar do que regressar a casa "de mãos vazias", situação que, segundo afirmou, conhece por experiência própria. Sublinhou que ninguém tem mais interesse em preservar o mar do que os pescadores. Aprofundou depois a questão da soberania alimentar e do abastecimento das populações das RUP, salientando que se se produzir cada vez menos, importar-se-á cada vez mais, produtos de cuja produção, e das relações laborais envolvidas, pouco se conhece. A análise deve abranger toda a cadeia de valor, o que inclui a produção, a transformação e a comercialização,

considerando os postos de trabalho em causa e o impacto de uma redução da capacidade produtiva no preço do pescado, e deve ser enquadrada nos níveis de consumo de cada Estado-Membro. Recordou que Portugal é um dos maiores consumidores de pescado do mundo e que o défice da balança comercial dos produtos da pesca ultrapassa os 1400 milhões de euros, valor que com uma redução adicional da produção só tenderá a agravar. Denunciou ainda o desrespeito pelos direitos históricos de exploração do mar, que pertencem aos pescadores. Considerou extremamente preocupante a nova Reserva D. Carlos referida pela Sra. Lisandra Sousa, à qual atribuiu 173 000 km², questionando o que ficará de fora e que espaço poderá ainda ser explorado, quando, ao longo da história, esse espaço foi explorado pelos pescadores. Transmitiu as inquietações recolhidas nas reuniões regulares dos conselhos regionais da Mútua dos Pescadores, na Madeira e nos Açores, em que muitos cooperadores revelam desespero e nenhuma esperança no futuro, devido aos "espartilhos" impostos. A propósito das Desertas, referiu que alguns cooperadores dizem não poder ir aí capturar atum, nem pescar o isco para o atum, muitas vezes junto à costa e ao abrigo. Referiu que a Mútua tem a obrigação de trazer a este fórum as inquietações dos seus cooperadores e concluiu que estas questões têm de ser resolvidas com objetividade, assertividade e consciência do que se está a fazer, questionando se se estão a defender os interesses das populações, das regiões e dos países.

A Sra. Mercedes García manifestou concordância com as intervenções anteriores e preocupação com o que já consta dos planos, defendendo que as medidas devem ser objeto de avaliação e acompanhamento e alteradas sempre que necessário. Referiu ter identificado um estudo da Comissão Europeia, *Mapafish (Mapping of Marine Protected Areas and Associated Fisheries)*, que analisa mais de 800 áreas marinhas protegidas do Atlântico, do Báltico, do Mar do Norte e das RUP, e cuja análise lhe parece muito interessante para este caso. Em resumo, o estudo evidencia que a simples designação e implementação de uma área marinha protegida não produz necessariamente alterações no comportamento da atividade pesqueira, ao passo que se observam modificações no esforço de pesca e nos desembarques quando são estabelecidas medidas específicas de regulamentação da pesca. Indica igualmente que as atividades pesqueiras não são necessariamente incompatíveis com os objetivos de conservação das áreas marinhas protegidas, dependendo essa compatibilidade dos objetivos de conservação definidos e do tipo de pesca praticado. Considera ainda necessário que o desenvolvimento destas áreas como instrumento de gestão pesqueira tenha em conta os seus efeitos sobre os ecossistemas e sobre a atividade pesqueira e assegure a participação das partes interessadas em todas as fases de planeamento, designação e implementação. Sendo um documento da Comissão Europeia, entendeu que estes elementos podem ser transpostos diretamente para a recomendação, e que esta deve dirigir-se mais aos Estados-Membros do que à própria Comissão.

O Sr. Jorge Gonçalves considerou a matéria deveras preocupante e acrescentou um aspeto ainda

não abordado: a relação com os Ecossistemas Marinhos Vulneráveis (VME), que, a seu ver, trarão algo de interessante a esta definição. Explicou que as áreas marinhas protegidas decorrem dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e que apontam para a proteção de 30% das áreas terrestres e 30% dos oceanos, dos quais 10% áreas de proteção total. Destaca que nos Açores foram definidas 15% áreas de proteção total e 15% de proteção elevada. Na sua perspetiva, *áreas de proteção total* significa que não é possível qualquer atividade nesta área, e não apenas a pesca. Recordou que, nas reuniões, se elaboravam atas, mas que a partir de certa altura deixaram de existir, deixando de haver confirmação do que fora acordado, e que toda a gente ficou convencida de que *áreas de proteção total* significava ausência de extração e de qualquer outra atividade, o que, a seu ver, é um erro tremendo. Afirma que não é, porém, o que sucede num monte submarino hoje muito conhecido, onde passa todos os anos a migração de jamantas e onde se verifica um aumento extraordinário da atividade marítimo-turística, relatando que este ano foram vistas cerca de quinze a vinte embarcações, cada uma com cerca de quinze pessoas, numa coroa de aproximadamente 3 km² e 15m de profundidade. Questionou o impacto do elevado número de embarcações e mergulhadores junto destes animais, quando se afirma que não existe qualquer impacto. Notou ainda a contradição com o conceito de economia azul, promovida como contemplativa e não extrativa, de que decorre que a atividade de pesca deverá ser contemplativa e não extrativa em alguns setores. Referiu igualmente a reestruturação do setor nos Açores, ainda por concretizar, que, em seu entender, não funcionou bem, em parte por inexperiência. Refere que tudo indica que a compensação, em fase quase final, será atribuída apenas aos armadores e não aos pescadores nem a toda a cadeia, questão interna que carece de trabalho, mas que não deixa de ser preocupante. Acrescentou que as áreas marinhas protegidas não são criadas exclusivamente para proteger a biomassa. Afirma que, pelas conversas que tem tido, a justificação começou por ser a proteção dos ecossistemas em função dos recursos piscícolas explorados, mas, atendendo ao que acontece com a economia azul, o objetivo parece ser proteger tudo, a fauna, a flora e outras espécies, como os mesopelágicos. Reconhecendo a importância de proteger os recursos piscícolas, criticou que não se tenha definido que, se as áreas de pesca forem reduzidas em 30%, o esforço de pesca tem de ser reduzido na mesma proporção. Se a frota existente for transferida para as áreas que permanecem abertas, o problema não é resolvido, mas transferido e agravado. Deixou este desafio às Canárias e à França, cuja situação desconhece, e notou que, nos Açores, como puderam verificar os que os visitaram, tal como nas Canárias e na Madeira, a frota evoluiu, pelo que as medidas de proteção têm de ser acompanhadas de uma reestruturação do setor e de uma redução do esforço de pesca, sob pena de colapso das restantes áreas. Reiterou ainda a falta de estudos: nos Açores encerraram-se áreas sem avaliar a biomassa existente, pelo que será impossível saber, daqui a 5 ou 10 anos, se o encerramento teve efeitos positivos ou até negativos, e se o procedimento deve ser mantido,

replicado ou alterado. Atribuiu estas falhas à inexperiência e à pressão de políticos que pretendem uma economia azul contemplativa e não extrativa, perguntando como se alimentará a população, afirmando que todos querem ir de férias e comer bom peixe da região, mas é preciso ter peixe e áreas onde pescar, e tudo está interligado.

O Sr. Ruben Farias (*Federação das Pescas dos Açores*) considerou que o debate foi um exercício muito positivo de partilha de experiências entre regiões que já passaram por processos de retirada de espaço de trabalho, ou que vão reorganizar esses espaços, e regiões que ainda não os viveram. Notou que se partilharam experiências e preocupações comuns, mas que se abordou apenas o que os outros podem fazer em relação ao setor e que é preciso discutir também o que o próprio setor pode fazer. Notou que o debate se realizava nas Caraíbas, território associado à pirataria, que apresentou como o princípio da democracia: contra a tirania, os piratas tinham os seus próprios códigos, decidiam em conjunto e puniam quem os infringia. Partindo daí, interrogou-se sobre a razão de quem decide deixar entrar mergulhadores e, porventura um dia, a mineração, mas não os pescadores, e considerou que ainda não se fez a pergunta essencial: o que pensam e dizem dos pescadores aqueles que decidem. Admitiu que parte da resposta estará no comportamento de alguns pescadores, que denigrem a imagem do setor. Considera que se o setor não mostrar a quem decide que também quer punir quem age assim, continuará a ser mais penalizado do que atividades de maior impacto no fundo do mar. Concluiu citando Martin Luther King: o que mais preocupa não são os gritos dos maus, mas o silêncio dos bons.

A Sra. Mercedes García perguntou aos presentes quantos já tinham lido um plano de gestão de uma área marinha protegida, distinguindo-o do de áreas destinadas especificamente à proteção das pescas.

O Sr. David Pavón considerou que o debate tinha permitido identificar uma recomendação de grande importância. Afirmou que as áreas marinhas protegidas devem ser entendidas como espaços com uma gestão particular, responsável e sustentável, e que essa gestão adequada deveria existir em 100% do espaço marítimo. Salienta que para o setor, que vive do meio e sem ele nada tem, como o Sr. João Delgado explicou, é crucial ser integrado na criação e na gestão dessas áreas, com coerência. O setor não está contra a criação de áreas marinhas protegidas, mas está contra uma implementação feita de forma apressada e em que o setor pesqueiro é, seguramente, o prejudicado, como os exemplos dos Açores bem demonstraram.

O Sr. Pedro Melo acrescentou que pode haver uma diferença significativa entre o que está registado formalmente e o resultado final, podendo este ser o contrário daquele. Ilustrou-o com o exemplo de uma medida que retirasse 10€ a cada um dos presentes sem explicar como, há várias formas de o fazer ao longo do ano sem que ninguém o sinta, mas bastaria fazê-lo de uma só vez para a medida

ser sentida. Reconheceu que os documentos e os objetivos da União Europeia são criados com finalidades positivas, mas sublinhou que a forma de lá chegar faz toda a diferença no processo. Reiterou, quanto aos Açores, que o setor não é contra a criação das áreas marinhas protegidas, mas contra a forma como o processo foi desenhado e como chegou ao ponto em que hoje se encontra.

O Sr. David Pavón deu por finalizada a reunião do Grupo de Trabalho de Pelágicos.

Ponto de situação:

No final do debate, foram identificados vários elementos a considerar na elaboração da recomendação, designadamente a necessidade de assegurar a participação efetiva do setor da pesca nos processos de planeamento, criação, implementação e gestão das Áreas Marinhas Protegidas, bem como de ter em conta as especificidades das diferentes RUP.

Foi igualmente salientada a importância de fundamentar a criação e a gestão das áreas marinhas protegidas em estudos científicos adequados, de avaliar os impactos das medidas sobre o setor da pesca e sobre a restante cadeia de valor e de assegurar que as decisões e os compromissos assumidos ficam claramente registados.

Foi ainda destacada a necessidade de distinguir entre as diferentes categorias e objetivos de proteção, nomeadamente no que respeita às áreas de proteção integral e às áreas marinhas protegidas de interesse pesqueiro, tendo sido proposta a utilização desta última designação no título da recomendação.

Foram também abordadas as medidas de apoio ao setor, incluindo as componentes financeira e de acompanhamento e reestruturação, bem como a necessidade de considerar os efeitos das medidas sobre toda a fileira da pesca e sobre as comunidades dependentes desta atividade.

Por fim, foi mencionado o estudo da Comissão Europeia *Mapafish – Mapping of Marine Protected Areas and Associated Fisheries* como possível elemento de suporte à elaboração da recomendação, nomeadamente no que respeita à participação das partes interessadas e à relação entre as medidas de gestão e os objetivos de conservação, e que esta recomendação deveria dirigir-se sobretudo aos Estados-Membros.

7. Outros assuntos;

Não existiram outros assuntos de interesse.

Conclusões/Recomendações:

Os pontos de agenda foram cumpridos. ND

Membros efetivos:

Asociación Tinerfeña de Amigos de la Naturaleza	Mercedes García
Associação de Pescadores e Armadores das Ilha das Flores	Hélder Silva
Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores	Pedro Capela
Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores	Jorge Gonçalves
Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores	Pedro Melo
Association Réunionnaise Interprofessionnelle de la Pêche et de l'Aquaculture	Bruno Langlade
Comité Regional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de Martinique	Jean-Michel Cotrebil
Cooperativa de Pesca Açoriana	Fabiana Nogueira
Coopescamadeira	Lisandra Sousa
Comité Regional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins Guyane	Léonard Raghauth
European Transport Workers Federation	Bruno Dachicourt
Europêche	Anne-France Mattlet
Federação das Pescas dos Açores	Ruben Farias
Federación Nacional de Cofradías de Pescadores	José Basílio
Federación Provincial de Cofradías de Pescadores de Santa Cruz de Tenerife	Irene Monterrey Viña
Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias	David Pavón
ISLATUNA	José Garcia
Mútua dos Pescadores	João Delgado
Organisation des Producteurs de Thon Congelé et Surgelé	Xavier Leduc
Sciaena	Nicolas Blanc
Organización Productores Asociados Grandes Atuneros Congeladores	Julio Moron

Trans Océans Tortues Marines	Michel Nalovic
Unión des Armateurs à la Pêche de France	Xavier Leduc
Comité Regional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de La Réunion	Gérard Zitte

Observadores:

AZTI - Marine and Food Research	Gorka Merino
CCSUD - ***Conselho Consultivo para as Águas Ocidentais Austrais***	Chloé Pocheau
Collectivité Territoriale de Martinique	Christèle Allaud
Collectivité Territoriale de Saint-Martin	Mirella Meraut-Laurence
DGMARE	Amanda Perez
Federação das Pescas dos Açores	Ana Silva
Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias	Hipólito Pérez
International Council for the Exploration of the Sea	Rui Catarino
LDAC - Conselho Consultivo da Frota de Longa Distância	Alexandre Rodriguez
Marine Stewardship Council	Isadora Moniz
Ministerio de Agricultura, Pesca Y Alimentación de España	Noelia Cuervo Álvares
Région Guadeloupe	Cassandre Gatoux
Région Guadeloupe	Cyril Evuort
Région Guadeloupe	Dariane Marinette
Région Martinique	Barbara Charvot
Ministerio para la Transición Ecológica y el Reto Demográfico de España	Rafael Centenera